



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

OFÍCIO N.º 239/2021 - GP

Luiz Alves/SC, 06 de outubro de 2021.

**Assunto: Encaminha o Projeto de Lei Complementar n.º 14/2021.**

Prezada Presidente,

Encaminho o **Projeto de Lei Complementar n.º 14/2021**, que “*Altera o Código Tributário Municipal - Lei Complementar n.º 001/1998 e dá outras providências*”, a fim de que este seja apreciado e votado por essa Egrégia Casa Legislativa, em **REGIME DE URGÊNCIA**, conforme **artigo 31 da Lei Orgânica do Município**, haja vista que a matéria objeto do presente Projeto de Lei Complementar é de interesse público relevante.

Atenciosamente,

MARCOS PEDRO WEBER  
Prefeito Municipal

Exma. Sr.<sup>a</sup>

**Susana Müller Campigotto**

*Presidente da Câmara Municipal de Vereadores*

*Luiz Alves/SC*



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º /2021**

*Altera o Código Tributário Municipal -  
Lei Complementar n.º 001/1998 e dá  
outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Fica alterado o inciso I do § 3º do artigo 258 e alterado o § 2º e acrescentado o § 5º ambos do artigo 261, todos da Lei Complementar Municipal n.º 001, de 16 de novembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 258 (...)**

(...)

**§ 3º (...)**

I - apresentação de requerimento administrativo até 31 de outubro do exercício anterior ao lançamento do imposto, que caso deferido será válido por tempo indeterminado, podendo ser verificada, a qualquer momento, a alteração da situação fática.

(...)

**Art. 261 (...)**

(...)

**§ 2º** A isenção será concedida a partir do exercício subsequente ao da apresentação do requerimento e por tempo indeterminado.

(...)

**§ 5º** Não se aplica o § 2º deste artigo ao inciso II do artigo 260 desta Lei Complementar, ao qual a isenção será concedida apenas para o exercício no qual foi requerida e dependerá da apresentação de novo requerimento do interessado para os exercícios subsequentes.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**Art. 2º** O prazo para apresentação de requerimento para comprovar o direito a isenção e a não incidência do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, referente ao exercício do ano de 2021, será prorrogado até 30 de novembro de 2021.

**Art. 3º** Eventuais valores pagos a título de Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, exclusivamente, do ano de 2021 e que seja comprovada a isenção nos termos Lei Complementar Municipal n.º 001, de 16 de novembro de 1998, serão restituídos ao contribuinte.

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 06 de outubro de 2021.

**MARCOS PEDRO WEBER**  
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

JUSTIFICATIVA

Nobres Vereadores,

Encaminho para a apreciação de Vossas Excelências o **Projeto de Lei Complementar n.º \_\_\_\_/2021**, que *“Altera o Código Tributário Municipal - Lei Complementar n.º 001/1998 e dá outras providências”*.

O presente Projeto de Lei tem como objetivo principal simplificar os pedidos de isenção e de não incidência do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, que, com a aprovação da Lei, precisarão ser feitos apenas uma vez e terão validade por tempo indeterminado.

Isso significa que o munícipe que se enquadrar no caso de não incidência ou isenção do IPTU e comprovar, devidamente, o seu direito, precisará fazer apenas uma vez, sem reiterar o pedido a cada ano.

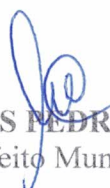
Importante pontuar que o Município tem o poder de fiscalização e, a qualquer momento, se verificar que o munícipe não se enquadra mais nas hipóteses de isenção ou de não incidência, deverá lançar o imposto normalmente.

Ainda, ressalta-se que em razão do recadastramento imobiliário, a presente proposição prorroga o prazo para apresentação dos requerimentos de isenção e de não incidência do IPTU, referente ao exercício do ano de 2021, oportunizando nova chance de obter este direito.

Diante do exposto, solicito a aprovação do presente Projeto de Lei, tendo em vista a relevância da matéria e o interesse municipal.

Com a certeza do pronto atendimento de Vossas Excelências, colho esta oportunidade para reiterar protestos da mais alta estima e elevada consideração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 06 de outubro de 2021.

  
**MARCOS PEDRO VEBER**  
Prefeito Municipal